



**Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 6/2013

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU**, com sede na Praça Victor Konder, 2, 1° andar, neste ato representado pelo Presidente, Vereador Vanderlei Paulo de Oliveira, considerando o julgamento do PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS n° 15/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis N°s 8.666/93 e 10.520/2002, e alterações, Decretos Legislativos N°s 561/05 e 562/05, e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa especializada na LOCAÇÃO DE 4 (QUATRO) VEÍCULOS, conforme especificações constantes do Edital, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentadas, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - O fornecimento será executado na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei n.º 8.666/93.

DAS OBRIGAÇÕES DA PARTES

CLÁUSULA TERCEIRA - Constituem obrigações do órgão gerenciador:

- a) notificar o fornecedor registrado, por meio da emissão de ordem de fornecimento de serviço/material, a ser repassada via fax ou via telefone, para a retirada da respectiva nota de empenho;
- a.1) as ordens de fornecimento serão assinadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Blumenau;
- b) permitir ao pessoal da contratada o acesso ao local da entrega, desde que observadas as normas de segurança;
- c) notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do material;
- d) efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta Ata;



**Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina**

e) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a Câmara a firmar contratações com os fornecedores cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA - Constituem obrigações dos fornecedores:

4.1. Entregar os veículos **até 04 de setembro de 2013**;

4.1.1. Informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto a aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste;

4.1.2. Prestar o serviço/fornecer o material conforme especificação e preço registrados no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos;

4.1.3. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciadores e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

4.2. Entregar o veículo em perfeitas condições de funcionamento e uso, com documentação atualizada e, oferecendo qualquer tipo de cobertura de riscos, nos limites abaixo definidos:

-Proteção do Carro: cobertura de riscos para o veículo locado, incluindo acessórios, em caso de furto, roubo, incêndio, colisão ou avaria com co-participação obrigatória até limite de R\$ 1.500,00.

-Proteção para terceiros: cobertura para danos corporais causados a terceiros, no limite máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e cobertura para danos materiais causados a bens de terceiros, no limite máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

- Os valores referentes ao custo de Contratação das Proteções acima estão inclusos no valor do contrato.

4.3. Ocorrerá perda da cobertura de riscos quando a CÂMARA:

4.3.1. Não apresentar o comprovante ou protocolo de emissão do Boletim de Ocorrência Policial ou Laudo Pericial;

4.3.2. Cometer qualquer das infrações gravíssimas explícitas Código de Trânsito Brasileiro;

4.3.3. Proceder com dolo ou manifesta negligência na guarda e uso do carro;

4.3.4. Circular com o carro em vias que não tenham condições de tráfego normal, que venha colocar em risco o veículo;

4.3.5. Circular com o carro para fim diverso da destinação específica constante do seu Certificado de Registro e/ou especificações do fabricante;

4.3.6. Circular com as luzes de advertência de óleo ou de temperatura acesas no painel de instrumentos do carro.

Caso a CÂMARA persista com o carro em funcionamento nestas circunstâncias, mesmo por curto espaço de tempo, ocorrerão danos ao motor que serão identificados através de laudo técnico de concessionária ou oficina especializada, à escolha da CONTRATADA, com acompanhamento da Assessoria Administrativa da CÂMARA;



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina

- 4.3.7. Danificar a lataria, pintura, estofamentos ou partes mecânicas por descuido no uso do carro.
- 4.3.8. Inexiste qualquer cobertura para:
- 4.3.8.1. Dolo e Uso Inadequado do carro;
- 4.3.8.2. Furto do carro alugado, quando não forem devolvidos à CONTRATADA as chaves e os documentos do carro;
- 4.3.8.3. Apropriação indébita;
- 4.3.8.4. Chaves e/ou documentos do carro alugado;
- 4.3.8.5. Despesas de diárias e taxas em depósitos de órgãos de trânsito em caso de apreensão do carro alugado;
- 4.3.8.6. Danos morais causados a ocupantes do carro ou a terceiros;
- 4.3.8.7. Lucros Cessantes causados a terceiros;
- 4.3.8.8. Serviços profissionais de advogados e/ou despachantes.
- 4.3.8.9. Com a perda da cobertura de riscos, a CÂMARA arcará diretamente com todos os ônus decorrentes de qualquer evento, inclusive perante terceiros prejudicados.
- 4.3.9. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de emplacamento dos veículos, manutenção corretiva e preventiva, bem como as de socorro mecânico com guincho, entendendo-se como manutenção preventiva àquela realizada obrigatória e periodicamente de acordo com os planos de manutenção do veículo constantes no manual do proprietário/fabricante, e como manutenção corretiva aquela destinada ao reparo dos defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas;
- 4.3.10. Substituir o automóvel locado por outro igual, similar ou superior, no prazo máximo de 12 (doze) horas, em caso de sinistro, avaria, revisão ou manutenção, sob pena de ser considerado inadimplente quanto à obrigação contratual.
- 4.3.11. Os automóveis objeto deste contrato que, por ocorrência de sinistro ou avaria, tenham sido encaminhados para conserto, deverão ser devolvidos à CÂMARA em perfeitas condições de uso em até 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação de conserto.
- 4.3.12. Disponer, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados de um serviço de socorro mecânico com guincho, para transporte e deslocamento dos veículos nos casos de defeitos e/ou acidentes, de modo a proporcionar à CÂMARA atendimento imediato. Nos casos em que o serviço/socorro não puder ser prestado por dificuldades na estrutura do local, será providenciada hospedagem aos ocupantes do veículo até a resolução do problema.
- 4.3.13. Manter durante a execução deste Instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação, estipuladas no processo licitatório original deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;
- 4.3.14. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato;
- 4.3.15. Apresentar durante a execução da Ata de Registro de Preços, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo com a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas, em especial: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- 4.3.16. Responsabilizar-se por todos os danos causados, mediante culpa ou dolo devidamente comprovados por decisão judicial, diretamente à Administração, face ao não cumprimento do que aqui foi estabelecido;
- 4.3.17. Cumprir fielmente as obrigações deste instrumento.
- 4.3.18. Durante o período de vigência da Ata de registro de Preços, a CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos alugados e solicitar o reembolso destes valores junto à CÂMARA.
- 4.3.19. A CONTRATADA não será responsável:



**Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina**

4.3.19.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

4.3.19.2. Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste Edital.

4. 3.20. **Serão admitidos veículos modelo 2013 (dois mil e treze), com ano de fabricação 2013 (dois mil e treze).**

4.3.21. Todos os veículos locados deverão ser de cor prata ou preta, e deverão ser adesivados com o logotipo da Câmara, com plotagem no vidro e imantado na porta. As despesas com confecção e instalação dos adesivos e plotagem correrão por conta da Câmara.

4.3.21.1. O item 2 (veículo modelo utilitário) será adesivado por plotagem total nas portas laterais dianteiras e traseiras e no capô, cujas despesas correrão por conta da Câmara.

4.3.22. A locadora terá que ter base operacional na cidade, ou seja, a empresa contratada deverá ter sede instalada no município de Blumenau, visando o pronto atendimento da Câmara, em caso de sinistro e manutenção do veículo.

CLÁUSULA QUINTA - Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

- a) tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta;
- b) consultar previamente à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal de Blumenau, objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;
- c) verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando a Câmara eventuais desvantagens verificadas;
- d) encaminhar à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal de Blumenau cópia da respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, bem como as informações sobre a contratação efetivamente realizada; e
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente Ata, informando à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal de Blumenau qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA SEXTA - O prazo da vigência da presente Ata de Registro de Preços é até **28 (vinte e oito) de março de 2014 (dois mil e catorze)**.

DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA SÉTIMA - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Assessoria Administrativa, competindo-lhe:

- a) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos, das especificações do material registrado, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) monitorar, pelo menos trimestralmente, os preços do material, de forma a avaliar o mercado constantemente,



**Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina**

podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

- c) notificar o fornecedor registrado, via fax ou telefone, para retirada da nota de empenho;
- d) observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
- e) requerer eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- f) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

Parágrafo primeiro - A Assessoria Administrativa promoverá pesquisas de preços dos itens registrados, de forma a avaliar os preços a serem contratados, bem como elaborará as estimativas de consumo e os cronogramas de contratação.

DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA OITAVA - Os preços registrados, a especificação do serviço/material, o quantitativo, as empresas fornecedoras e o nome do representante legal são os constantes do Anexo I desta Ata, conforme ordem de classificação das propostas.

Parágrafo primeiro - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

Parágrafo segundo - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Pregoeira deverá convocar o fornecedor, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo terceiro - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, a Câmara poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação anteceder o pedido de fornecimento; e
- b) convocar os demais fornecedores, visando a conceder-lhes igual oportunidade de negociação.

Parágrafo quarto - Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor



**Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina**

originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira.

Parágrafo quinto - Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Câmara para determinado item.

Parágrafo sexto - As alterações de preços oriundas da revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Boletim Oficial do Município de Blumenau.

DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA NONA - Os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços poderão ser revogados de pleno direito, conforme a seguir:

I Por iniciativa da Administração:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a ordem de fornecimento no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da ordem de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- d) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do pactuado;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Câmara.

II Por iniciativa do fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Ocorrendo revogação do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de



**Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina**

recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo segundo - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Boletim Oficial do Município de Blumenau, considerando-se revogado o preço registrado.

Parágrafo terceiro - A solicitação do fornecedor para revogação dos preços registrados poderá não ser aceita pela Câmara, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

Parágrafo quarto - Havendo a revogação do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

Parágrafo quinto - Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, a Câmara poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA - O objeto contratado será recebido da seguinte forma:

a) no ato da entrega, pela Assessoria Administrativa, que procederá à conferência de sua conformidade com o pedido. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento, assinando-se o canhoto do respectivo documento fiscal de entrega;

Parágrafo único - O recebimento pela Câmara não exclui as responsabilidades civil e penal da **CONTRATADA**.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente da adjudicatária, por ordem bancária, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, cumpridos os seguintes requisitos:

a) apresentação de nota fiscal/fatura acompanhada da Certidão Negativa de Débito - CND, comprovando regularidade com o INSS, e do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS;

b) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido o fornecedor.



**Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina**

Parágrafo único - Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma o fornecedor, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, o fornecedor ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência.

b) multa de:

b.1) 1 % (um por cento) ao dia sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso na entrega do objeto, limitado a trinta dias;

b.2) 20,0 % (vinte por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso na entrega do objeto por período superior ao previsto na alínea "b.1", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3) 30,0 % (trinta por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Câmara, pelo prazo de até (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Blumenau.

Parágrafo primeiro - O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela Câmara ao fornecedor ou cobrado judicialmente.

Parágrafo segundo - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

Parágrafo terceiro - As penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" desta cláusula também poderão ser aplicadas ao fornecedor ou ao licitante, conforme o caso, que tenha sofrido condenação



**Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina**

definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos da licitação ou a demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Câmara Municipal de Blumenau.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O inadimplemento de cláusula estabelecida nesta Ata de Registro de Preço, por parte do fornecedor, assegurará à Câmara o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei 8.666/93, constituem motivos para a rescisão da contratação:

- a) atraso injustificado no fornecimento, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Câmara;
- b) cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Câmara.

Parágrafo único - Nos casos em que o fornecedor sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação da presente contratação desde que a execução da presente Ata não seja afetada e desde que o fornecedor mantenha o fiel cumprimento dos termos deste documento e as condições de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A Câmara é reconhecido o direito de **rescisão administrativa**, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta das dotações orçamentárias:
Mão de obra: dotação 3.3.9.0.39.27.00.00.00 - Locação de veículos para locomoção;

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

Parágrafo primeiro: Os casos omissos nesta Ata serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nºs. 10.520/02, 8.666/93, e alterações.



**Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina**

Parágrafo segundo: Fica o fornecedor obrigado a manter, durante toda a execução da presente Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o foro de Blumenau - Santa Catarina.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA - O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Boletim Oficial do Município de Blumenau, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 vias.

Blumenau, 15/08/2013

Vanderlei Paulo de Oliveria
Presidente

Ademir Antônio Saorin
Rivel Veiculos Ltda

Ademar João Maiochi
Diretor Financeiro da Câmara
Municipal de Blumenau

Dulcenéia de Sousa Roepke
Pregoeira da Câmara Municipal
de Blumenau

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 6/2013, celebrada entre a Câmara e as empresas cujos preços estão a seguir registrados, por item, em face da realização do Pregão nº 15/2013.

EMPRESA:	RIVEL VEÍCULOS LTDA
-----------------	----------------------------



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina

CNPJ:	85.106.037/0003-13
ENDEREÇO:	RUA GUSTAVO SCHLOSSER, 67, SALA 02, CENTRO, BRUSQUE - SC
TELEFONE:	(047) 3251-1200
REPRESENTANTE LEGAL:	Ademir Antônio Saorin

ITEM	QTDDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL
1	03	Un	CONTRATAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO DE PASSAGEIROS, SEM MOTORISTA, ANO 2013/MODELO 2013 (COM NO MÁXIMO 10.000 KM RODADOS), COM AR CONDICIONADO, KIT ELÉTRICO (VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRAVAS ELÉTRICAS), CINTO DE SEGURANÇA RETRÁTIL DIANTEIRO E TRASEIRO, RÁDIO AM/FM, DIREÇÃO HIDRÁULICA, MOVIDO A GASOLINA E ÁLCOOL (FLEX), COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.6 CC, MODELO SEDAN, COM CAPACIDADE PARA 5 (CINCO) PASSAGEIROS, 5 (CINCO) PORTAS, AIR BAGS FRONTAIS, FREIOS ABS, COR PRATA, MARCA FIAT, MODELO LÍNEA.	R\$1.750,00	R\$5.250,00
2	01		CONTRATAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO DE PASSAGEIROS, SEM MOTORISTA, ANO 2013/MODELO 2013 (COM NO MÁXIMO 10.000 KM RODADOS), COM AR CONDICIONADO, KIT ELÉTRICO (VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRAVAS ELÉTRICAS), CINTO DE SEGURANÇA RETRÁTIL DIANTEIRO E TRASEIRO, RÁDIO AM/FM, DIREÇÃO HIDRÁULICA, MOVIDO A GASOLINA E ÁLCOOL (FLEX), COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 2.0 CC (NO MÍNIMO 150 CV), MODELO SEDAN, COM CAPACIDADE PARA 5 (CINCO) PASSAGEIROS, 5	R\$3.080,00	R\$3.080,00



**Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina**

			(CINCO) PORTAS, AIR BAGS FRONTAIS, FREIOS ABS, COR PRATA, MARCA TOYOTA, MODELO COROLLA.		
VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO:					8.330,00
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO:					99.960,00